

Brasília, 08 de dezembro de 2022

Ao Excelentíssimo Senhor

**Geraldo Alckmin**

Vice-presidente eleito e Coordenador da Equipe de Transição

**Ao Grupo Técnico de Meio Ambiente - Gabinete de Transição Governamental**

### **Um oceano limpo e com seus recursos marinhos bem gerenciados pode ser uma fonte de alimento e renda para milhões de brasileiros.**

Fundada em 2001, a Oceana é a maior organização não governamental, apartidária e sem fins lucrativos focada exclusivamente na agenda marinha. Atuamos com campanhas de *advocacy*, baseadas no melhor conhecimento científico, para criar e melhorar políticas públicas que resultem num oceano mais abundante e saudável, para que ele possa ser uma fonte perene de alimento e renda para bilhões de pessoas. Estamos no Brasil desde 2014, com dois eixos de atuação: promover a pesca sustentável e reduzir a poluição marinha.

Entendemos que o novo Governo terá o profundo desafio em reposicionar o nosso país como um líder ambiental global. Também sabemos que o cenário é ainda mais complexo com um país megadiverso e com proporções continentais como o nosso. Somos um país privilegiado, com uma extensão costeira como poucos, mas, historicamente, ainda negligenciamos os nossos mares e suas riquezas. **Reforçamos que a agenda oceânica deve ter o espaço proporcional à importância do bioma marinho nas escolhas políticas que o Brasil fará a partir de agora. Nesse sentido, entendemos que as ações prioritárias são:**

#### **Uma nova Política Nacional para a pesca**

- Garantir e potencializar a participação de todos os grupos da sociedade relacionados à pesca nos processos de tomada de decisão sobre o ordenamento pesqueiro. Hoje, tal participação se dá nos Comitês Permanentes de Gestão. É fundamental restabelecer sua funcionalidade permanente como instâncias de diálogo, consulta e orientação sobre as decisões que envolvem o uso dos recursos pesqueiros. Para tal defendemos que, assim como outros importantes fóruns, essa instância de participação social seja garantida, por lei, na nova Política Nacional da Pesca
- O Brasil, desde há muito, abandonou a geração de dados do setor pesqueiro, portanto, é crucial restabelecer a geração, a organização e a disponibilização de dados sobre nossa atividade pesqueira. Parte expressiva da costa brasileira carece de programas adequados de monitoramento e estatísticas que permitam formular políticas públicas e tomar decisões com base na melhor ciência.
- Nortear o desenvolvimento das pescarias brasileiras com base em planejamentos de curto, médio e longo prazo. A ausência de instrumentos de planejamento, tais como Planos de Gestão e Acordos de pesca, para a vasta maioria das pescarias brasileiras resulta em um cenário onde proliferam normativas isoladas, desprovidas de objetivos e metas, e sem qualquer revisão periódica, dificultando até mesmo a aferição de sua efetividade.
- Criar bases mais sólidas e perenes para a política pesqueira nacional, que padece com a intermitência no funcionamento de seus instrumentos, desestruturação de seu quadro de governança, insegurança jurídica e crises de atribuições, papéis e responsabilidades. Neste sentido, a modernização do principal marco legal que estabelece a política pesqueira do Brasil (Lei nº 11.959/2009) é necessária e urgente, criando assim as condições necessárias para o pleno desenvolvimento sustentável da pesca.

- Garantir os meios de subsistência (e sobrevivência) de grupos mais vulneráveis, especialmente pescadores e pescadoras artesanais. Esses grupos sofrem cronicamente com diversas pressões dentre as quais incluem a sobrepesca e os conflitos pelo uso de seus territórios com a pesca industrial. É, portanto, igualmente importante promover instrumentos que salvaguardem a pesca artesanal, criando (ou mantendo) áreas de exclusão da pesca industrial, tal como a Lei Estadual do RS 15.223/2018, que proíbe a pesca industrial de arrasto na zona costeira gaúcha.

### **Reduzir a poluição marinha por plásticos com a aprovação do Projeto de Lei nº 2524/2022 – Marco da Economia Circular do Plástico**

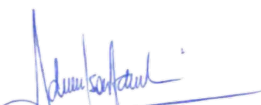
- O combate à poluição marinha por plásticos é um desafio global mas que também está na vida do país há décadas. As poucas soluções apresentadas até aqui tem insistido em medidas que já se provaram ineficazes para resolver o problema, tais como o foco exclusivo na reciclagem. Dados do relatório da Oceana “Um Oceano Livre de Plástico” apontam que o Brasil produz 500 bilhões de itens de plástico descartáveis anualmente. Esses são produtos concebidos para uso rápido e descarte que não são produzidos para voltarem ao sistema e não tem qualidade para serem de fato reciclados - conforme confirmam os movimentos de catadores. O resultado é que todo ano, nos cálculos mais conservadores, nosso país lança pelo menos 325 mil toneladas de lixo plástico ao mar.
- Muitos países, tão diversos quanto o Canadá e a Índia, tem implementado leis que repensam esse modelo poluidor do plástico e acreditamos que o mesmo deve ser urgentemente feito pelo Brasil. Com isso em mente, promovemos a construção de um projeto de lei de Economia Circular do Plástico (PL 2524/22), com a participação de outras organizações da Sociedade Civil, com lideranças de Catadores de Materiais Recicláveis e Associações das Indústrias de Papel, Vidro e Alumínio. O texto apresentado pelo Senador Jean Paul Prates (PT/RN) está agora sob apreciação da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.
- Estamos certos de que assim como vem acontecendo em outras partes do mundo, aprovar uma lei em âmbito nacional que fale de reuso, aumente os índices de reciclagem e também promova a eliminação de materiais que jamais serão reciclados, também irá r posicionar nosso país na vanguarda da proteção marinha e como referência internacional.

Consideramos fundamental a consideração dos pontos acima tanto na incidência do Poder Executivo em suas funções diretas junto à sociedade, quanto por meio das assessorias parlamentares do Governo Federal apoiando os pontos citados junto às casas legislativas federais.

Assim, dirigimo-nos à Vossa Excelência em apelo pelo estabelecimento de uma posição sintonizada com os desafios em nosso país e das tendências globais nas agendas apresentadas.

Na esperança de um retorno positivo quanto a essa solicitação, nos colocamos à disposição para o diálogo e a construção coletiva de um país melhor. Mais uma vez, receba os nossos cumprimentos e desejos de uma transição, e um novo mandato, de realizações e sucesso.

Respeitosamente,



**Ademilson Zamboni**  
Diretor-Geral  
Oceana